



TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: CONTRA O FASCISMO, EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Osorio Vieira Borges Junior¹

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre as fronteiras, entendidas tanto no sentido físico quanto simbólico, que moldam o posicionamento político das Testemunhas de Jeová. A partir da análise do folheto *Conspiração Contra a Democracia*, publicado em 1940 no Brasil. - Uma denúncia contra regimes totalitários como o fascismo. Busca-se questionar: isso implica que as Testemunhas de Jeová são, de fato, defensoras da democracia? A análise da adequação do discurso político da religião em diferentes territórios e contextos históricos pode elucidar essa questão. A reflexão propõe discutir como as fronteiras — seja de um território, de uma cultura ou de uma conveniência política — podem influenciar e até transformar as práticas religiosas, levando a adaptações conforme as circunstâncias locais.

PALAVRAS-CHAVE: Testemunhas de Jeová. Fascismo. Democracia. Política.

JEHOVAH'S WITNESSES: AGAINST FASCISM, IN DEFENSE OF DEMOCRACY

ABSTRACT

This article aims to reflect on the boundaries, understood both in physical and symbolic terms, that shape the political stance of Jehovah's Witnesses. It draws on the analysis of the pamphlet *Conspiracy Against Democracy*, published in 1940 in Brazil, which denounced totalitarian regimes such as fascism. The central question is: does this imply that Jehovah's Witnesses are truly defenders of democracy? Examining the adaptation of the religion's political discourse across different territories and historical contexts may shed light on this issue. The reflection seeks to discuss how boundaries—whether territorial, cultural, or rooted in political convenience—can influence and even transform religious practices, leading to adaptations according to local circumstances.

KEYWORDS: Jehovah's Witnesses. Fascism. Democracy. Politics.

¹ Doutorando em História (UFMG). Mestre em História (UFU). Pesquisa na área de História Cultural das Religiões. Graduado em História (2022) e Geografia (2023). Professor (SEE-MG). E-mail: juniorvieira.tj@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

As Testemunhas de Jeová, surgidas em Allegheny, Pensilvânia, EUA, no final do século XIX, representam um fenômeno religioso que transcende barreiras linguísticas e culturais, expandindo-se globalmente com notável organização. Sua origem está ligada à busca de Charles Taze Russell por uma nova experiência do sagrado, resultando no estabelecimento de uma religião cristã não trinitária e missionária. De acordo com o Relatório Mundial das Testemunhas de Jeová do Ano de Serviço de 2022², foram registrados quase 8,7 milhões de publicadores³ em todos os países onde há fiéis, com aproximadamente novecentos mil no Brasil.

A partir de 1920, as Testemunhas de Jeová iniciaram suas atividades missionárias no Brasil, quando George Young foi enviado pelo presidente da Sociedade Torre de Vigia⁴, Joseph Franklin Rutherford. Com sua vasta extensão territorial e seu papel de potência sul-americana, além de um processo de secularização que havia ganhado força no final do século XIX, o Brasil se mostrou um terreno fértil para a expansão de novas expressões religiosas.

Em 1940, foi lançado o folheto *Conspiração Contra a Democracia no Brasil*, uma tradução de um discurso de Rutherford realizado nos Estados Unidos. O texto denunciava supostas alianças entre governos e instituições religiosas, apresentadas como ameaças à democracia.

Este artigo propõe uma análise do folheto *Conspiração Contra a Democracia no Brasil* utilizando a metodologia da análise de discurso de Michel Foucault, que se concentra em compreender as relações de poder, os regimes de verdade e as estratégias discursivas que configuram o sentido e a influência dos textos no contexto social e político. Além disso, a pesquisa se insere nos métodos da História Cultural das Religiões, que examinam as práticas religiosas como construções culturais dinâmicas, enraizadas em disputas históricas e sociais.

Nesse sentido, adota-se, também, uma perspectiva inspirada no pensamento de Michel de Certeau, que valoriza as práticas cotidianas como formas de resistência e apropriação, considerando como os discursos religiosos interagem com os contextos de poder e reconfiguram suas próprias narrativas ao longo do tempo. Assim, o estudo busca compreender as disputas religiosas do período como parte de um processo mais amplo de negociações culturais e políticas, situando o folheto em um espaço de tensões entre religião, política e sociedade.

² Dados extraídos do site oficial das Testemunhas de Jeová: jw.org, disponível em: <<https://www.jw.org/pt/biblioteca/livros/Relat%C3%B3rio-Mundial-das-Testemunhas-de-Jeov%C3%A1-do-Ano-de-Servi%C3%A7o-de-2022/Totais-gerais-de-2022/>>, acesso em 14 de maio, 2023.

³ Entende-se por publicador, um membro ativo na comunidade religiosa envolvido na campanha missionária de evangelização.

⁴ Entidade jurídico-administrativa usada pelas Testemunhas de Jeová para representar suas atividades nos Estados Unidos.

Nesse sentido, agregamos a discussão sobre história, cultura e religião numa perspectiva que superou a fenomenologia da religião como imposição à pesquisa nesse campo. Adone Agnolin escreveu, em 2013 (p. 177), que “no Brasil se conhece por História das Religiões (prática e exclusivamente Eliade)”. A questão a ser problematizada nesse sentido é a visão essencialista da religião presente no pensamento de Mircea Eliade, já que assume para si a missão de procurar estruturas comuns na variedade de religiões que existem e convivem juntas.

Além disso, é preciso entender que o método seguido por Eliade, longe de entender a religião como objeto de pesquisa histórico que deve ser posto de lado à observação em função de uma determinada cultura como propõe Agnolin (2013, p. 41) descontextualiza, ou seja, opera contra e apesar da história e cultura, objetiva o religioso e desistoriciza-o. Posto isto, é certo o entendimento de que a religião não deve ser apartada da história e cultura, assim como propõe Benatte (2014, p. 59), ao dizer que “a relação entre história, religião e cultura é hoje tão umbilical que dificilmente podemos imaginar a história religiosa abstraída do campo da história cultural”. Este trabalho se posiciona no campo da História Cultural das Religiões.

2. A RELIGIÃO ENTRE O TOTALITARISMO E A DEMOCRACIA

Os primeiros brasileiros que tiveram contato com a pregação das Testemunhas de Jeová eram marinheiros em missão em Nova York, nos Estados Unidos. Um grupo de oito marujos se interessou pelo que ouviram em um Salão do Reino - locais de culto e reunião da religião - naquela cidade. Foi-lhes pregado em espanhol, e entenderam o que puderam. Além disso, levaram consigo uma Bíblia e alguns números da revista Watchtower em espanhol. O estudo continuou entre o grupo de maneira velada, já que podiam ser reconhecidos como subversivos por aceitarem e lerem publicações religiosas desconhecidas. E assim aconteceu: logo foram acusados de serem comunistas por estarem sempre juntos, lendo e estudando escondidos, revistas desconhecidas. Depois disso, o Anuário das Testemunhas de Jeová, de 1974, descreve o seguinte:

o encorajado voltou ao Brasil, levando oito sinceros estudantes da Bíblia ansiosos de disseminar a boa-nova a outros. O navio atracou no Rio de Janeiro em 10 de março de 1920, eles decidiram arranjar um local adequado em que pudessem morar juntos todos na mesma casa. Seu senhorio português, de início suspeito deles, mais tarde se juntou a eles. A família dele também começou a estudar. Todos enviaram pedidos de assinaturas para Brooklyn, para receberem a *Torre de Vigia* em espanhol, e continuaram a ser ajudados por Frank Silva e John Perry, que mantiveram correspondência com eles, o encorajando-os a continuar com seus estudos (Associação Torre de Vigia, 1974, p. 34-35).

Os marujos teriam se tornado os primeiros disseminadores das crenças das Testemunhas de Jeová no Brasil, já que começaram a traduzir trechos das revistas que recebiam em espanhol para o português e distribuir para outras pessoas. Essa prática não foi espontânea e natural como o relato no Anuário faz parecer, ao contrário, as edições da revista *Watchtower* - principal revista publicada pelas Testemunhas de Jeová desde 1879 - enfatizavam a necessidade de evangelização, ou seja, os novos convertidos tinham a missão de converter outros e fazer com que também se tornassem fiéis.

Em março de 1922, George Young chegou ao Rio de Janeiro, enviado por Rutherford para dar início formal à obra das Testemunhas de Jeová no país. Young não era fluente no idioma português e contratava intérpretes para se comunicar com seu público. Logo, publicações começaram a ser traduzidas para o português. Os primeiros folhetos distribuídos no Rio de Janeiro em português eram intitulados: *Podem os Vivos falar com os Mortos?; Inferno, Purgatório, Onde Estão os Mortos?; A Harpa de Deus; Milhões Que Agora Vivem Jamais Morrerão; A Volta de Nosso Senhor e O Estandarte Para o Povo* (Associação Torre de Vigia, 1974, p. 34-35).

A chegada de George Young ao Brasil e o início da obra das Testemunhas de Jeová no Rio de Janeiro ocorreram em um período de acelerado processo de urbanização, que não apenas redesenhou as dinâmicas sociais, mas também ofereceu oportunidades estratégicas para a propagação de ideias religiosas em centros urbanos crescentes. Os anos que antecederam a chegada das Testemunhas de Jeová no Brasil foram marcados por um notável processo de urbanização no país: “a população brasileira cresceu a uma taxa de 2,5% ao ano, enquanto a população das cidades com 50 mil ou mais habitantes subiu a 3,7% e a das cidades com mais de 100 mil, a 3,1%, [...]”.

No primeiro decênio da República a população rural decresceu 2,2% [e] na área urbana ela aumentou 6,8%” (Schwarcz, 2015, p. 326). Logo os grandes centros urbanos do país se fortaleceram à medida que concentravam a população em seus limites territoriais: “O Rio de Janeiro seria o coração da República, São Paulo a cabeça” (Schwarcz, 2015, p. 326). No final da década de 1920, o censo do Rio de Janeiro evidenciou uma população de mais de 1 milhão de pessoas⁵, a principal metrópole no país, cidade onde Young iniciaria suas atividades missionárias que tinham “o objetivo de ajudar a consolidar o interesse [das futuras Testemunhas de Jeová] no Brasil e disseminar a mensagem até suas longínquas regiões.” (Associação Torre de Vigia, 1974, p. 37).

Para além das questões geográficas, o Brasil pode ter se tornado um território notável por Rutherford devido ao processo de secularização que sofreu durante a transição para a República. De

⁵ O Rio de Janeiro: transformações. MultiRio. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2919-o-rio-de-janeiro-transformacoes>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

acordo com Riolando Azzi (2007, p. 50), lideranças do Apostolado Positivista do Rio de Janeiro sugerem, antes da elaboração da Constituição de 1891, que o conjunto maior de leis do país deve combinar a ditadura republicana com a mais ampla liberdade espiritual, aparentemente, interrompendo a cultura hegemônica católica no país. Mesmo antes da promulgação da constituição, o Chefe do Governo Provisório da República Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, tornou público o Decreto Nº 119-A de 7 de janeiro de 1890⁶ que dispôs sobre o fim do padroado em seu artigo 4º e determinou, no primeiro de sete artigos, a vedação aos entes federais quanto ao estabelecimento de uma religião que possuísse laços oficiais com o Estado. Esta ação cria uma liberdade religiosa jurídica no Brasil.

Rutherford, advogado de formação e ex-juiz de direito, mostrou, constantemente, preocupações jurídicas sobre a expansão das atividades missionárias da organização. Nesse contexto, pode-se considerar que a norma jurídica que garantiu a liberdade religiosa no Brasil foi um fator contribuinte para tornar o país um alvo nesse sentido. Alguns dias depois da chegada de Young ao Brasil, um Betel - sede administrativa regional - foi fundado no Rio de Janeiro, a saber, um pequeno escritório na Rua do Rosário, 76, 2º andar, no centro da cidade. Mais tarde, o espaço se mostrou insuficiente e o escritório se transferiu para a Rua Ubaldino do Amaral, 90, a poucas quadras do Theatro Municipal.

Entre os poucos trabalhos acadêmicos sobre as Testemunhas de Jeová, é comum que se observe que sua resistência e protesto contra regimes totalitários, tanto no Brasil quanto no exterior, são frequentemente interpretados como um indicativo de sua posição favorável à democracia. Essa interpretação sugere que as posições em relação a regimes totalitários e à democracia são imediatamente e diametralmente opostas em um espectro político.

Embora o fascismo seja inquestionavelmente uma forma de governo ilegítima, reduzir os regimes totalitários e a democracia a meros antagonismos, sem considerar suas especificidades e contradições internas, é uma abordagem excessivamente simplista. Tal redução é tão inadequada quanto afirmar que as Testemunhas de Jeová são favoráveis à democracia simplesmente porque são contrárias ao fascismo.

Hannah Arendt, ao refletir sobre a repercussão dos regimes totalitários no século XX, observa que "os movimentos totalitários demonstraram que o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições

⁶ DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890 - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2025.

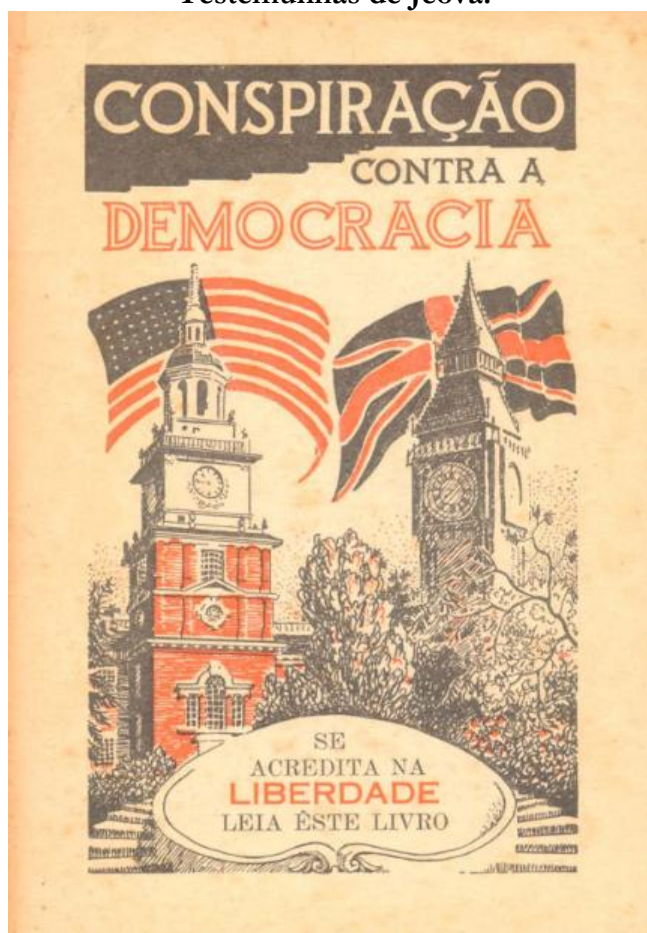
e organizações articuladas e visíveis do país"(Arendt, 2013, p. 362). Essa análise revela uma nuance crítica: a ideia de que uma democracia é sustentada não apenas por suas instituições, mas também pela participação ou indiferença das massas. Além disso, ao contrário dos governos totalitários, os governos democráticos dependem do consentimento tácito e da participação da população. Mas o fato de que a população politicamente ativa é mínima, pode ser explorado e manipulado por líderes totalitários que se autodenominam democráticos.

Portanto, a avaliação de qualquer grupo ou movimento em termos de seu alinhamento político deve levar em conta essas complexidades. A oposição ao fascismo não implica automaticamente uma afinidade com todos os aspectos da democracia. É necessário um exame mais detalhado das práticas e princípios de um grupo para compreender a profundidade e a natureza de sua adesão aos ideais democráticos.

Em 1940, Rutherford, então presidente da Associação das Testemunhas de Jeová, proferiu um discurso que posteriormente foi transformado em um folheto intitulado *Conspiração contra a democracia*, amplamente distribuído em diversos países, incluindo o Brasil. Nesse documento, Rutherford denunciou as alegadas alianças entre a Igreja Católica e regimes totalitários, especialmente nos países do Eixo, onde os fiéis enfrentaram perseguições constantes, incluindo detenções em campos de concentração. Para Rutherford, essa aliança representava um ataque direto ao regime democrático. O discurso e o folheto resultaram em uma simpatia crescente pela democracia entre os fiéis.

Para Eduardo Góes de Castro, Rutherford tinha um objetivo claro: “a publicação aponta que aqueles que não estivessem do lado democrático e ocidental do planeta, estariam aliados às ditaduras e governos totalitários do mundo” (Castro, 2007, p. 128), colocando-o numa posição de democrata. Rutherford assumiu uma posição clara ao proferir o discurso, evidenciada ainda mais pela publicação do folheto, cuja capa apresenta as bandeiras americana e britânica sobre uma representação do Capitólio e ao lado do Great Bell. Essa iconografia indicava claramente que as Testemunhas de Jeová, enquanto instituição, estavam se posicionando a favor dos Aliados e, por extensão, apoiando os sistemas de governo democráticos dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Capa do folheto "*Conspiração Contra a Democracia*", publicado em 1940 pelas Testemunhas de Jeová.



Retirado de: *Watchtower Library*

À primeira vista, pode parecer contraditório que as Testemunhas de Jeová tenham assumido uma posição tão clara, dado que seu discurso tradicionalmente enfatiza a isenção política e a neutralidade. Uma análise superficial poderia, com base em sua oposição ao fascismo no Brasil e em outras partes do mundo, rotular o grupo como defensor da democracia. No entanto, é necessário realizar uma análise profunda para compreender, por inteiro, a natureza e as motivações desse posicionamento.

A orientação da Associação Torre de Vigia estabelece uma postura de neutralidade política entre seus membros. Esta neutralidade é uma marca distintiva da doutrina das Testemunhas de Jeová, que veem a política como uma esfera secular e, portanto, alheia aos objetivos espirituais do grupo. A crença central é que o envolvimento em atividades políticas poderia comprometer a lealdade exclusiva ao Reino de Deus, conforme interpretado pelas suas crenças. A recusa em participar de atividades políticas é sustentada por uma interpretação literal de passagens bíblicas, que, segundo elas, orientam

os fiéis a manterem-se "sem parte do mundo". Esse princípio resulta em práticas como a objeção de consciência ao serviço militar e a rejeição de símbolos nacionais ou atos patrióticos, que são vistos como contrários à soberania divina (Associação Torre de Vigia, 1993, p. 618).

Logo, esta postura tem implicações profundas nas interações entre as Testemunhas de Jeová e o Estado. Uma vez que, a neutralidade política, embora fundamentada em convicções religiosas, frequentemente coloca os membros do grupo em situações de conflito com as autoridades governamentais, especialmente, em contextos de regimes autoritários ou durante períodos de intensa mobilização nacionalista, como já evidenciado neste trabalho.

Essa dualidade – entre a percepção interna de neutralidade e a interpretação externa de subversão – complexifica o entendimento das Testemunhas de Jeová e seus atos de resistência. Posto que, a recusa em engajar-se em práticas políticas convencionais é vista, por eles, como uma expressão de fidelidade religiosa, enquanto, pelo Estado, pode ser considerada uma ameaça à ordem estabelecida. A prática de uma religião não desejar se aliar ao Estado é estranha à normalidade. Nesse sentido, vale rememorar Arendt (2002, p. 62), que ao refletir sobre a relação entre o Estado e a Igreja Católica, entendeu que

a Igreja precisa da política e, na verdade, tanto da política mundana dos poderes seculares como da própria política religiosa ligada ao âmbito eclesiástico, para poder manter-se e armar-se na terra e neste mundo do lado de cá — enquanto Igreja visível, ou seja, ao contrário da invisível, cuja existência apenas acreditada continuou sem ser molestada, em absoluto, pela política.

Ou seja, enquanto instituição visível e física, precisa da política em dois níveis: a política secular (dos governos e estados) e a política interna (eclesiástica). Essa necessidade se dá para manter sua presença e influência no mundo material. Enquanto a política, por sua vez, necessita da Igreja não apenas como uma expressão de religião, mas como uma instituição concreta e visível, já que a presença física e institucional da Igreja ajuda a legitimar a autoridade política, dando-lhe um senso de propósito e razão elevada.

Contudo, essa postura de neutralidade pode ser substituída por uma atividade política clara aos de fora e não tão evidente aos próprios fiéis das Testemunhas de Jeová. O ato político, nesses casos, pode ser visto como uma necessidade inerente diante da ameaça à existência de suas crenças. Por exemplo, a resistência ao alistamento militar, a recusa em saudar bandeiras e participar de eleições são interpretadas, externamente, como posicionamentos políticos, mesmo que, internamente, sejam enquadrados como exigências estritamente espirituais. Essa ambiguidade permite que, em contextos de repressão, as Testemunhas de Jeová adotem estratégias de enfrentamento que, apesar de não serem

rotuladas como ativismo político pela organização, possuem efeitos concretos sobre sua relação com o Estado e a sociedade.

Além disso, essa dinâmica evidencia que a neutralidade das Testemunhas de Jeová é, em grande medida, relacional e situacional. Quando perseguidos ou alvos de restrições legais, o grupo mobiliza discursos e ações que visam garantir sua sobrevivência institucional e a liberdade de culto. Isso pode incluir desde apelos jurídicos a órgãos internacionais até esforços para conquistar reconhecimento oficial em determinadas nações. Assim, longe de ser uma posição apolítica absoluta, a neutralidade pode ser compreendida como uma estratégia de resiliência e manutenção da identidade religiosa diante de contextos políticos mutáveis.

Dessa forma, é necessário compreender que a relação das Testemunhas de Jeová com conceitos políticos não se dá em termos ideológicos, mas sim pragmáticos. É nesse contexto que se insere a menção à democracia no folheto, cujo significado estava mais relacionado à garantia da liberdade de culto do que a uma defesa do sistema em si. Já que, embora o termo "democracia", mencionado no folheto, possa ter despertado simpatia entre os fiéis por esse sistema de governo, ele, na realidade, representava a possibilidade de existência e prática da fé das Testemunhas de Jeová em um determinado território. As evidências apresentadas a seguir esclarecerão esse ponto. Em certo momento, Rutherford, em seu discurso transcrito no folheto declara que

Mussolini tornou-se católico e age junto com a Hierarquia, recebendo seu conselho do papa. Franco, um ditador católico, destruiu a república espanhola e agora uniu a igreja católica e o Estado na Espanha. França deixou de ser república e tornou-se estado totalitário católico. O Canadá cedeu à influência sinistra religiosa da Hierarquia e privou seus cidadãos a liberdade de reunião e da liberdade de adorar o Deus Todo-poderoso e de estudar sua palavra.⁷

É importante notar o padrão estabelecido entre esses países, já que nem todos são considerados governos autoritários durante o ano de 1940, nesse sentido, é possível destacar o Canadá que, em 1940, era uma nação democrática e parte do Império Britânico. O país estava sob a liderança do Primeiro-Ministro William Lyon Mackenzie King, que era o chefe do governo. Mackenzie King e seu partido, o Partido Liberal, lideraram o Canadá com um sistema político democrático, respeitando os princípios da democracia representativa. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Canadá estava envolvido no conflito ao lado dos Aliados e seu sistema político permaneceu democrático e livre de autoritarismo (Ogelsby, 1972, p. 68-87).

⁷ **Conspiração Contra a Democracia.** Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1940, disponível em: Watchtower Library.

Apesar disso, o governo canadense é descrito no folheto como um regime autoritário, uma vez que teria privado “de seus cidadãos a liberdade de reunião”⁸. Essa acusação reflete o relato e a disputa que existiam no país entre Testemunhas de Jeová e católicos, na década de 1930, com uma intensificação desses conflitos em 1940, quando, conforme registrado pelo Anuário das Testemunhas de Jeová, “o Ministro da Justiça canadense, Ernest Lapointe, católico-romano de Quebec, levantou-se na Câmara dos Comuns, em 4 de julho de 1940, para anunciar: ‘Desejo colocar sobre a mesa da casa uma ordem do dia declarando ilegal a organização conhecida como Testemunhas de Jeová’” (Associação Torre de Vigia, 1973, p. 16).

O Anuário documenta vários casos de perseguição religiosa contra as Testemunhas de Jeová subsequentes a essa declaração. A supressão de uma atividade religiosa é, sem dúvida, uma característica de um regime autoritário, o que pode gerar uma aparente contradição. No entanto, ao refletir sobre situações semelhantes, Arendt nos lembra que

essa falta de sentido não seria uma aporia imaginada; é um fato da maior realidade, do qual podemos tomar conhecimento todos os dias se nos dermos ao trabalho não apenas de ler os jornais, mas também, em nosso mau humor com a maneira de acontecer de todos os problemas políticos importantes, indagarmos como se poderia fazer melhor, em tais circunstâncias existentes. Essa ausência de sentido já atingida pela política evidencia-se na falta de solução na qual se atolaram todas as questões políticas isoladas (Arendt, 2006, p. 35-36).

Neste trecho, Arendt aborda a complexidade e a aparente falta de sentido na política moderna, especialmente, diante das ameaças das formas totalitárias de Estado. Arendt sugere que a sensação de falta de sentido não é uma simples aporia (uma dificuldade teórica), mas uma realidade concreta e palpável que se revela diariamente. Embora possam existir características totalitárias em governos que se consideram democráticos ao redor do mundo, isso não os classifica necessariamente como regimes totalitários.

No caso do Canadá, a repressão das Testemunhas de Jeová tornava o Estado especialmente autoritário para esse grupo específico. No entanto, o governo canadense não foi amplamente reconhecido, nem nacional nem internacionalmente, como um regime autoritário. Apesar disso, ele foi incluído no folheto *Conspiração Contra a Democracia* por Rutherford, que o caracterizou como um Estado que se aliou à Igreja Católica com objetivos autoritários. O tom de Rutherford muda ao discutir a Inglaterra, um país com um regime de governo que, em muitos aspectos, se assemelha ao do Canadá. Rutherford afirma:

⁸ Idem.

A Inglaterra é a única que está firme, combatendo contra a combinação religioso-totalitária pelos direitos dum povo livre. A Inglaterra tem sido bondosa para com as Testemunhas de Jeová, e por essa bondade que demonstrou pode-se esperar que o Deus Onipotente lhe conceda algum favor especial na hora da terrível angústia.⁹

Essa mudança de tom reflete uma percepção contrastante, onde a Inglaterra é vista como um bastião de resistência à opressão religiosa, em contraste com a situação no Canadá. A inclusão do Canadá no folheto e o tratamento diferenciado à Inglaterra indicam as complexidades e variações na forma como diferentes governos foram avaliados e percebidos pelo grupo religioso.

O critério a ser analisado nestes casos é o tratamento que cada governo dispensava às Testemunhas de Jeová. Para Rutherford, a maneira como o governo lidava com as Testemunhas de Jeová era fundamental para classificar as nações como democráticas ou não. Portanto, Castro (2007, p. 130), ao escrever sobre as Testemunhas de Jeová, compreendeu como um “modelo maniqueísta aquele apresentado por Rutherford, [em que] apenas em realidades democráticas, as Testemunhas de Jeová encontravam liberdade para sua atuação”, fato este, que não corresponde completamente à realidade. Castro não incorreu em erro ao caracterizar esse modelo de categorização como maniqueísta, mas sim ao afirmar que Rutherford entendia que somente em realidades democráticas as Testemunhas de Jeová encontravam liberdade para sua atuação, assegurando, assim, uma posição de fiel defensor da democracia.

É importante lembrar que Rutherford era um profundo conhecedor do Direito, pois atuou como juiz antes de presidir a Associação Torre de Vigia. Ele compreendia as características dos sistemas democráticos e autoritários, mas optou por categorizar qualquer governo que dificultasse ou mesmo impedisse a presença das Testemunhas de Jeová em seu território como antidemocrático. Essa estratégia pode ser interpretada como um movimento tático para proteger os membros da religião e preservar a identidade da organização, especialmente considerando as severas perseguições enfrentadas pelos fiéis em regimes autoritários, como na Alemanha e na Itália.

O discurso de Rutherford constrói uma representação específica de democracia, estabelecendo um padrão de pensamento a ser seguido pelos fiéis no Brasil e no mundo. A análise de Foucault sobre enunciados e proposições nos oferece uma lente para entender as complexidades e as motivações por trás das declarações públicas e das posições políticas da organização.

Ao analisar as reações e posicionamentos das Testemunhas de Jeová frente aos regimes totalitários e democráticos, é importante reconhecer que o conceito de "enunciado" não se restringe simplesmente à presença de uma proposição lógica. Como Foucault sugere, o valor e a função de um

⁹ Idem.

enunciado vão além da sua estrutura proposicional definida e envolvem uma complexa rede de significados e contextos discursivos (Foucault, 1980, p. 89-98).

Considerando isso, ao avaliar documentos como o folheto *Conspiração Contra a Democracia*, não devemos apenas examinar a lógica das proposições contidas nele, como "O Canadá é um regime autoritário" e "A Inglaterra é uma defensora da liberdade religiosa." Embora logicamente essas proposições possam ser equivalentes, como em "Ninguém ouviu" e "É verdade que ninguém ouviu" (Foucault, 1980, p. 91) - exemplos foucaultianos - elas operam de maneiras diferentes dentro do discurso das Testemunhas de Jeová. Esses enunciados são produzidos e interpretados em contextos específicos que determinam seu significado e impacto.

No caso do folheto, o enunciado que dá a entender que certos países são "antidemocráticos" quando lemos: "O Canadá cedeu à influência sinistra religiosa da Hierarquia e privou seus cidadãos a liberdade de reunião e da liberdade de adorar o Deus Todo-poderoso e de estudar sua palavra"¹⁰, deve ser entendido não apenas em termos de sua validade lógica, mas também em relação ao papel que esses enunciados desempenham dentro da estratégia discursiva da organização. As críticas aos regimes totalitários e a valorização de governos como os da Inglaterra, quando lemos: "A Inglaterra é a única que está firme, combatendo contra a combinação religioso-totalitária pelos direitos dum povo livre"¹¹, devem ser vistas como elementos que não apenas descrevem uma realidade política, mas também moldam a percepção dos fiéis sobre o que constitui um ambiente favorável para a prática de sua fé.

A distinção entre as proposições lógicas e os enunciados discursivos também nos ajuda a compreender por que o tratamento diferenciado dos países no folheto não se refere apenas a uma análise política, mas também a um posicionamento estratégico (Foucault, 1980, p. 89-98). Rutherford e as Testemunhas de Jeová estavam, de fato, criando um discurso que refletia e reforçava a percepção de que a liberdade religiosa e a prática da fé eram possíveis apenas em contextos que favorecessem seus princípios e interesses.

Dessa forma, a análise de enunciados vai além do que é expresso de forma explícita e se adentra nas formas como os discursos são construídos e utilizados para estabelecer e manter a identidade e a posição da organização em relação a diferentes regimes políticos (Foucault, 1980, p. 99-119). Assim, a compreensão do discurso das Testemunhas de Jeová deve levar em conta não apenas a lógica dos argumentos apresentados, mas também como esses enunciados se inserem em uma rede discursiva mais ampla que define e orienta a prática e a percepção da fé.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

Rutherford utiliza seu discurso para construir uma verdade específica sobre a democracia e os regimes totalitários. Esse uso estratégico do discurso molda a percepção dos fiéis sobre a política e cria uma dicotomia clara entre aliados e inimigos, não necessariamente refletindo as complexidades políticas de cada nação. De acordo com Foucault (1980, p. 133), o discurso é uma prática que não apenas representa o mundo, mas também o constitui. Ao rotular certos governos como antidemocráticos, Rutherford não apenas descreve uma realidade, mas também age sobre ela, influenciando a percepção dos fiéis e a forma como eles se posicionam politicamente. Esse processo revela a relação de poder intrínseca no discurso, onde a verdade é estabelecida por aqueles que têm a autoridade de falar.

Este é um exemplo de como as práticas culturais, traduzidas em táticas e estratégias, não são permanentes, ou seja, não determinam um grupo exclusivamente por seu uso. As Testemunhas de Jeová frequentemente empregaram táticas, ou seja, conforme Certeau (2012, p. 99), métodos criativos de existir e resistir em um espaço que não lhes é próprio, dominado por uma hegemonia produzida por outros. No entanto, neste contexto, Rutherford faz uso de estratégia, visto que se dirige, especialmente às Testemunhas de Jeová, onde ele possui uma certa “independência em relação à variabilidade das circunstâncias”, uma vez que ele próprio cria “maneiras de fazer” e “modos de uso” entre os fiéis, ou seja, estabelece padrões de comportamento e entendimento a serem seguidos.

Em vez de se limitar a reagir a situações imediatas ou crises específicas, Rutherford está formulando uma abordagem planejada e abrangente que molda a percepção e a identidade dos membros ao longo do tempo. Enquanto uma tática seria uma resposta adaptativa e flexível a uma circunstância momentânea de opressão ou dificuldade, a estratégia de Rutherford é um plano mais amplo e duradouro que visa influenciar e consolidar a visão do grupo sobre si mesmo e sobre o mundo. A estratégia de Rutherford se manifesta na maneira como ele articula e distribui o discurso, criando uma narrativa que não apenas se adapta às circunstâncias, mas também tenta moldar a forma como os fiéis compreendem sua própria posição e identidade.

O discurso de Rutherford influencia diretamente a identidade e a subjetividade dos fiéis. Ao estabelecer uma narrativa em que a perseguição é vista como um indicador de injustiça e opressão, os membros das Testemunhas de Jeová são incentivados a se verem como defensores da liberdade religiosa. Isso cria um senso de identidade coletiva em oposição aos regimes opressivos e age, nos fiéis, como uma motivação para continuar pertencendo ao grupo, apesar das perseguições sofridas.

A análise do discurso de Rutherford sob a perspectiva de Foucault também revela como ele navega a relação entre religião e poder. Ao criticar abertamente regimes que perseguiram as

Testemunhas de Jeová, Rutherford utilizava a autoridade da organização para resistir a esses poderes, enquanto, simultaneamente, buscava estabelecer uma aliança simbólica com governos que permitissem a liberdade religiosa. Essa estratégia revela uma complexa negociação de poder, onde o grupo religioso podia se posicionar tanto como vítima quanto como defensora da liberdade, a depender de seus interesses.

A mobilização da linguagem e a narrativa usada por Rutherford, não só moldou a percepção política dos fiéis, mas serviu como uma ferramenta de resistência contra regimes opressores, ao mesmo tempo em que buscava garantir a sobrevivência e a identidade da organização. Ao refletir sobre o poder da linguagem, Certeau (2012, p. 89) concluiu que “o discurso político não revela os cálculos de que resulta, mas os serve. As ideologias repetem verdades que se tornaram não críveis, mas que são sempre distribuídas pelas instituições que delas se beneficiam”, ou seja, o discurso político é, muitas vezes, resultado de cálculos estratégicos. Esses cálculos referem-se às considerações e intenções ocultas dos atores políticos que influenciam a formação do discurso. No entanto, o discurso em si não expõe essas intenções ou motivações ocultas; ele apenas serve para cumprir os objetivos desses cálculos. Ou seja, o discurso político é uma ferramenta para alcançar certos objetivos, mas não revela abertamente os processos estratégicos que o originaram. No caso das Testemunhas de Jeová, os "cálculos" referem-se às considerações estratégicas e táticas que a organização tomou ao se posicionar politicamente e socialmente, simpáticas à democracia, quando Rutherford proclamou o discurso *Conspiração Contra a Democracia* e quando os fiéis distribuíram o folheto que transcrevia o discurso no Brasil e em outros vários países.

Apesar do movimento tático que Rutherford e as Testemunhas de Jeová empreenderam ao combater o fascismo e formas totalitárias de governo, a interpretação predominante de que o grupo é verdadeiramente democrático pode ser uma simplificação excessiva. De fato, a cosmovisão das Testemunhas de Jeová sugere um modelo teocrático, não democrático. No entanto, não é possível afirmar categoricamente o posicionamento político do grupo, pois a instituição nunca teve uma postura política claramente declarada. Contudo, a retórica de oposição a regimes autoritários oculta uma teocracia latente, onde a autoridade é centrada em uma liderança religiosa e a adesão dos membros é esperada e desejada. A falta de um posicionamento político claro e declarado é, em si, uma característica reveladora que sugere uma estratégia de sobrevivência e conveniência, em vez de uma adesão ideológica consistente.

Para compreender como a cosmovisão das Testemunhas de Jeová reforça a ideia de que são alinhadas a um regime e ideia de governo teocrático, é relevante considerar um discurso proferido por

Rutherford em 1935. Nesse discurso, Rutherford delineou suas expectativas para o futuro, sem especificar se seria a curto ou longo prazo. Segundo as crenças das Testemunhas de Jeová, após uma reforma divina da Terra, da qual serão removidos aqueles que não atenderem aos padrões estabelecidos pela religião, os fiéis viverão eternamente na Terra. Nessa visão, o governante será Deus, que exercerá sua autoridade por meio de representantes humanos, ou seja, líderes religiosos (Associação Torre de Vigia, 1993, p. 161).

A visão teocrática das Testemunhas de Jeová pode compor seu posicionamento político, enquanto instituição, por diversas razões. No entanto, é essencial observar que essa consideração não implica necessariamente que todos os membros da religião compartilhem essa perspectiva política de forma individual. O que se pode concluir é que, apesar de a organização religiosa não tornar explícito seu posicionamento político enquanto instituição, há evidências suficientes para presumir que ela adota uma posição teocrática no espectro político, conforme os seguintes argumentos.

(1) Arendt (2012, p. 506) argumenta que é importante que, numa forma de governo qualquer, haja legitimação do poder e da autoridade. Essa legitimidade existe, de maneiras tortas ou não, independente de sua natureza. Na suposta futura teocracia das Testemunhas de Jeová, a autoridade política é legitimada por uma autoridade divina, com Deus governando através de representantes humanos. Essa configuração implica uma estrutura de poder em que a legitimidade não provém do consentimento popular ou de instituições democráticas, mas de uma visão religiosa. Assim, a suposta futura teocracia estabelece um sistema de autoridade e governança que é intrinsecamente político, apesar de ser baseado em princípios religiosos.

(2) Para a autora, a política envolve a formulação e aplicação de leis e normas que regulam a vida coletiva. As relações humanas e políticas implicam, para Arendt (2005, p. 188), que “a pluralidade humana [é] condição básica da ação”, o que exige a necessidade de leis comuns. Pois em uma teocracia, as normas e leis são derivadas da religião, o que significa que o processo legislativo e a governança são moldados pelos princípios religiosos. No caso das Testemunhas de Jeová, a expectativa de um futuro governado diretamente por Deus e seus representantes implica a criação e imposição de uma ordem social e legal fundamentada em crenças religiosas. Isso configura um posicionamento político, pois define como a sociedade deve ser organizada e quais comportamentos são aceitáveis.

(3) Os regimes políticos definem os parâmetros de inclusão e exclusão dentro da sociedade. A visão teocrática das Testemunhas de Jeová prevê, numa suposta futura teocracia, uma reforma divina onde aqueles que não atenderem aos padrões estabelecidos serão excluídos. Esse tipo de exclusão é um aspecto político, uma vez que determina quem faz parte da comunidade e quem está fora dela,

refletindo uma política de identidade e pertencimento, que é fundamental para a estruturação social e política.

(4) Se a política envolve a participação ativa dos cidadãos e o consentimento tácito das massas, a suposta futura teocracia das Testemunhas de Jeová opera sob uma estrutura onde a legitimidade de participar reside em consentir com as lideranças religiosas, já que são intermediárias entre elas e Deus. O consentimento em delegar o poder de escolha a líderes religiosos é uma ação. Nesse sentido, de fato, é uma “atividade política por excelência” (Arendt, p. 2005, p. 14-17). Logo, a falta de uma participação democrática direta e a centralização do poder nas mãos dos líderes religiosos ilustram uma forma de governança política onde o poder não é distribuído ou debatido democraticamente, mas exercido de forma vertical e autoritária.

Outrossim, a cosmovisão das Testemunhas de Jeová, que prevê uma futura teocracia como um regime político ideal, molda tanto a sua percepção de um governo exemplar quanto seu próprio posicionamento político. Essa visão representa um futuro perfeito sob uma administração claramente definida e estruturada, influenciando, assim, como o grupo se posiciona politicamente, mesmo que de maneira implícita.

Ademais, a análise do posicionamento político do grupo religioso deve levar em conta que, ao lidar com regimes totalitários, a posição das Testemunhas de Jeová pode ter sido mais uma questão de conveniência do que uma adesão genuína aos ideais democráticos. Se fosse necessário, a organização poderia facilmente defender o autoritarismo, conforme o contexto exigisse. A crítica de Arendt (2013, p. 362) sobre a redução dos movimentos políticos a antagonismos simplistas entre fascismo e democracia é pertinente aqui. Logo, reduzir esses movimentos a meras oposições, ignora as particularidades e contradições que são essenciais para compreender a complexidade dos fenômenos políticos.

Além disso, apesar da aparente ortodoxia rígida da organização, mesmo dentro de uma estrutura ortodoxa, existem adaptações culturais e interpretações pessoais. A visão de Certeau (2012, p. 233-235) sobre a multiplicação das práticas culturais e a “cultura no plural” destaca que, mesmo dentro de uma ortodoxia rígida, existem adaptações e variações individuais significativas. A epiqueia, ou aplicação prática dos princípios em contextos específicos, permite aos membros adaptar sua prática religiosa às suas realidades pessoais (Benatte, 2014, p. 70). Portanto, a análise do posicionamento político das Testemunhas de Jeová deve considerar não apenas a sua postura pública, mas também as nuances e adaptações individuais que revelam uma complexidade além da simples categorização em termos de regimes políticos.

REFERÊNCIAS

- AGNOLIN, Adone. História das religiões: teoria e método. **(Re) conhecendo o sagrado**: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religião e religiosidades, 2013.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** Ursula Ludz (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. **Anuário das Testemunhas de Jeová**, Cesário Lange, SP. 1974. Disponível em *Watchtower Library*.
- ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. **Relatório Mundial das Testemunhas de Jeová do Ano de Serviço de 2022**. Disponível em: <https://www.jw.org/pt/biblioteca/livros/Relat%C3%B3rio-Mundial-das-Testemunhas-de-Jeov%C3%A1-do-Ano-de-Servi%C3%A7o-de-2022/Totais-gerais-de-2022/>. Acesso: 09 mar. 2025.
- ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. **Testemunhas de Jeová**: Proclamadores do Reino de Deus. Cesário Lange, SP: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1993.
- AZZI, Riolando. **A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945)**, 2007.
- BENATTE, Antonio Paulo. A história cultural das religiões: contribuição a um debate historiográfico. **Missão e pregação**: a comunicação religiosa entre a história da igreja e a história da religião. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014.
- CÂMARA DE DEPUTADOS. **Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890** - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- CASTRO, Eduardo Goes de. **A torre sob vigia**: as Testemunhas de Jeová em São Paulo (1930-1954). Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP), 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**, tradução de Enid Abreu Dobransky, 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CONSPIRAÇÃO CONTRA A DEMOCRACIA. **Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1940**. Disponível em: *Watchtower Library*.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio, Forense, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MULTIRIO. O Rio de Janeiro: transformações. **História do Brasil**. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2919-o-rio-de-janeiro-transformacoes>.

O QUE OS REGISTROS OFICIAIS DO CANADÁ REVELAM AGORA. **Despertai!**, Cesário Lange, SP, Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 8 de dezembro de 1973, p. 16-25.

OGEISBY, J. C. M. Relaciones Canadiense-Latinoamericanas pasadas, presentes y futuras. **Estudios Internacionales**, v. 5, n. 18, p. 68-87, 1972.

PETTAZZONI, Raffaele. O método comparativo (1959). **Religare**, v. 13, n. 1, p. 245-265, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Data de submissão: 02/01/2025

Data de aprovação: 22/02/2025